

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**Curso de Licenciatura em História**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**O “conflito” Israel-Palestina e observações sobre a perspectiva da Veja (2023)**

**Aluno: Raphael Melo dos Santos**

**Orientador: Prof. Jorge Christian Fernandez**

**Dezembro, 2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**Curso de Licenciatura em História**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**O “conflito” Israel-Palestina e observações sobre a perspectiva da Veja (2023)**

**Aluno: Raphael Melo dos Santos**

Trabalho apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Licenciatura em História.

**Orientador: Prof. Jorge Christian Fernandez**

**Banca: Prof. Fabio da Silva Sousa**

**e Prof. Cleverson Rodrigues da Silva**

**Dezembro, 2024**

## **Agradecimentos**

A minha família, em especial a minha parceira Daniele e nossa filha Elisa, que incessantemente me deram apoio não somente durante essa jornada acadêmica, mas também em todos os aspectos da minha vida.

Ao Prof. Dr. Jorge Christian Fernandez que além da paciência e disposição em ajudar, providenciou conteúdos extremamente ricos em qualidade e quantidade para edificar este trabalho.

Aos demais professores do curso de Licenciatura em História da UFMS, sempre prestativos não somente comigo, mas com todos os alunos que por lá passaram.

Aos meus pais, que desde minha infância estimularam minha busca por conhecimento dando liberdade a encontrar minha formação.

Aos meus amigos de faculdade que com certeza ajudaram a tornar ainda mais proveitoso este período da minha vida.

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b>	3
<i>Abstract</i>	3
<b>Introdução</b>	4
<b>1 – O advento do sionismo e desencadeamento do “conflito” Israel-Palestina</b>	11
1.1 – A <i>al-Nakba</i>	18
1.2 – Uma nova realidade	21
<b>2 – Histórico da <i>Veja</i> e suas relações</b>	24
<b>3 – Perspectiva da <i>Veja</i> a respeito do conflito e suas problemáticas</b>	28
<b>Considerações parciais</b>	33
<b>Fontes</b>	35
<b>Bibliografia</b>	36

## Resumo

O conflito Israel-Hamas iniciado em 07 de outubro de 2023 reacendeu chamadas de uma luta que possui origens de mais de um século. Entre árabes palestinos e judeus sionistas, existe uma história compartilhada de batalhas e movimentações políticas envolvendo também forças externas que participaram de um projeto de êxodo em massa de palestinos que apesar de não ter acontecido como planejado, ainda se mostrou muito valioso na consolidação de uma narrativa comprada pelo Ocidente e aceita na maior parte do mundo. Os veículos de comunicação, que para a população em geral são fonte principal de informações acerca dos ocorridos em seu país e no exterior, possuem papel importante na disseminação e manutenção dessa perspectiva que representa a voz e vontade do *status quo*. Este trabalho se propõe a entender as origens da atual luta com uma contextualização desde a fundação do sionismo em 1882 atravessando marcos históricos – como por exemplo a Resolução 181 da ONU de 1947 que delimita os estados judeu e palestino – que nos trouxeram onde estamos hoje, e como a mídia, em específico a revista *Veja*, reportou os recentes desdobramentos do conflito. Por se tratar de uma fonte que também é um ator importante com sua carga ideológica, as devidas problematizações acerca de tal tipo de fonte (que também se torna objeto) também são levadas em consideração. Além disso, como são analisados aqui acontecimentos que não estão encerrados com origens que não distam mais do que algumas décadas, se utilizará como base o conceito de História do Tempo Presente.

**Palavras-chave:** Sionismo, Israel, Palestina, transferência, imprensa, neoliberalismo.

## *Abstract*

The Israel-Hamas conflict that started on October 7th, 2023, reignited flames of a fight whose origins have over a century. Between Palestinian Arabs and Zionist Jews, there is a shared history of battles and political movements involving also external forces that participated in a Palestinian mass exodus project that even though did not happen as planned, still showed itself very useful in consolidating a narrative bought by the West and accepted in most of the world. The media, that for the general population is the main source of information regarding events in their country and abroad, have an important role in disseminating and maintaining this perspective that represents the voice and will of the *status quo*. This work proposes itself in understanding the origins of the current struggle with a contextualization since the foundation of Zionism in 1882 passing through historical milestones – as for example the UN 181 Resolution of 1947 that sets the bounds of the Jewish and Palestinian states – that brought us to where we are today, and how the media, specifically the *Veja* magazine, has reported the recent developments of the conflict. Because it is a source that is also an important actor with its ideological load, the due problematizations regarding such a type of source (that also becomes an object) are considered as well. In addition, as events that are not yet finished whose origins date not more than a few decades are being analyzed here, the History of the Present Time concept will be used as a basis.

**Keywords:** Zionism, Israel, Palestine, transfer, media, neoliberalism.

## Introdução

Esse texto busca resgatar o contexto histórico do conflito<sup>1</sup> entre palestinos e judeus e compreender a forma com que a Revista *Veja* o abordou, analisando se há um foco maior em expor a perspectiva de um dos lados. Dada a proximidade destes fatos históricos com os dias atuais, será utilizado aqui o conceito de História do Tempo Presente<sup>2</sup> abordado na obra de Agnes Chauveau e Philippe Tétard: *Questões para a História do Presente*. As fontes de análise são reportagens da versão digital da revista feitas após o início do conflito armado Israel-Hamas de 07 de outubro de 2023, cujas publicações datam dos dias 13 e 20 do mesmo mês. Ainda sobre as fontes, o conteúdo principal a ser usado acerca do conflito é a obra do escritor e historiador palestino Nur Masalha intitulada *Expulsion of the Palestinians: The Concept of “Transfer” in Zionist Political Thought 1882-1948*<sup>3</sup> que trata dos acontecimentos históricos na região no recorte temporal mencionado no título. Além disso, utilizaremos o trabalho *História e Imprensa: Estudos de Hegemonia* de Carla Luciana da Silva e Edina Rautenberg, que nos forneceu o material necessário para problematizar as relações políticas em que a imprensa se envolve, utilizando exemplos históricos da própria *Veja*. A análise da seleção de quais eventos históricos são apresentados (ou não) nas matérias da revista nos possibilitam uma melhor percepção de qual seu posicionamento e como ela quer que seus leitores alheios ao assunto o interpretem para dessa forma moldar e replicar suas opiniões. Com tais observações será possível inferir conclusões a respeito do pensamento por trás dessa editora, ao fim tendo uma percepção de qual a visão

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, o termo será utilizado para evidenciar o antagonismo criado entre os dois povos. Será visto adiante que existe na verdade uma luta desigual entre as forças militares de Israel e os grupos palestinos, estes sem uma organização central e extremamente defasados tecnologicamente.

<sup>2</sup> Sobre este conceito: os autores definem o recorte temporal para a História do Tempo Presente a partir dos “cinquenta ou sessenta últimos anos” (Chauveau; Tétard. 1999, p. 27) além de problematizar que o ponto de vista do historiador quase sempre possui carga emocional dada a proximidade temporal e por isso possa ser “talvez o do inocente ou da testemunha, engajado ou não” (Chauveau; Tétard. 1999, p. 28). Ao mesmo tempo, os autores defendem e validam tal comportamento pois “assumir a subjetividade é meio caminho andado para controlá-la” (Sirinelli *apud* Chauveau; Tétard. 1999, p. 28). Por fim, concluem que “Quer se analisem os objetos, as formas, o método ou os objetivos da história; quer se observe a disciplina, ou percurso ou a função social, devem-se explorar os terrenos limítrofes e conceber uma reflexão geral sobre a história do presente, sobre o historiador. O historiador deve, pois, abstrair-se o mais completamente possível das interferências da ideologia e da subjetividade, estudando-as e procurando apreender verdadeiramente seu objeto além de uma aceção puramente histórica.” (Chauveau; Tétard. 1999, p. 36).

<sup>3</sup> Tradução - Expulsão dos Palestinos: O Conceito de “Transferência” no Pensamento Político Sionista 1882-1948

neoliberal acerca do tema e quais interesses pode possuir ao defendê-lo dessa forma. Acerca do neoliberalismo será utilizada como base a definição dada pelo linguista e cientista social estadunidense Noam Chomsky:

[...] é o paradigma econômico e político que define o nosso tempo. Ele consiste em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais. Inicialmente associado a Reagan e Thatcher, o neoliberalismo é a principal tendência da política e da economia globais nas últimas duas décadas, seguida, além da direita, por partidos políticos de centro e por boa parte da esquerda tradicional. Esses partidos e suas políticas representam os interesses imediatos de investidores extremamente ricos e de menos de mil grandes empresas (Chomsky, 2002, p. 03).

Em se tratando do cotidiano das notícias no Brasil é possível perceber alguns padrões presentes entre os veículos de notícias mais populares como revistas, jornais de televisão, físicos ou de rádio, no que se referem aos temas que recebem mais visibilidade e alcance, assim como poucas divergências quanto a perspectiva apresentada (e defendida) pelas diferentes empresas de comunicação. Estes padrões não são meras coincidências pois não partem das vontades particulares de um diretor ou grupo de direção, são na verdade a expressão das instituições privadas em geral, porta-vozes da ideologia neoliberal que hoje possivelmente está em sua fase mais agressiva ao redor do mundo, cuja agenda passa por constante e incessante processo de (re)legitimação que nesse contexto se dá através do conteúdo emitido nas grandes mídias de comunicação. Podemos entender melhor a materialização dessa ideologia em diferentes aspectos socioeconômicos, seja através da imprensa quando busca direcionar a atenção do povo para temas que não interfiram na formação de opinião sobre os rumos da política econômica de forma significativa, fazendo jus à descrição de Chomsky sobre o controle da maior parte da vida social nas mãos de pequenos interesses, que podem fazer valer a sua vontade de forma coercitiva ou não.

A respeito disso, tomemos por exemplo o Chile, que ao fim do sangrento governo do general Augusto Pinochet passa por uma profunda mudança institucional com a retirada do ditador e possibilidade de eleições de representantes políticos além da diminuição da escala do uso da violência estatal. Por outro lado, o âmbito econômico permaneceu quase que inalterado, como é elucidado a seguir:

Depois de quinze anos de uma ditadura brutal e selvagem – sempre em nome do livre mercado democrático – a democracia formal foi restaurada em 1989, com uma Constituição que tornava muito mais difícil, senão impossível, aos cidadãos contestar o domínio empresarial-militar sobre a sociedade chilena. É a democracia liberal numa casca de noz: debates triviais sobre questões menores entre partidos que seguem basicamente as mesmas políticas pró grande empresa, independentemente de diferenças formais e de discussões de campanha. A democracia é admissível desde que o controle dos negócios esteja fora do alcance das decisões populares e das mudanças, isto é, desde que não seja democracia (Chomsky, 2002, p. 04).

Aqui conseguimos perceber que de fato existiram aspectos político-econômicos que não se alteraram em ambos os governos pois eram favoráveis ao Capital, apesar desse fato já ser conhecido e discutido durante o curso dos eventos mencionados. Sendo assim, por qual motivo não foi possível promover uma expressiva conscientização da sociedade acerca de tais intenções das classes dominantes? Aqui entra a influência das empresas de comunicação, tão essenciais na formação de opinião pública. Para melhor entendermos tal influência, utilizaremos de dois livros que farão ligação com o tema central deste artigo: *Contrapontos: Ensaio de História Imediata*, de Enrique Serra Padrós e Luiz Dario Teixeira Ribeiro, e *História e Imprensa: Estudos de Hegemonia*, de Carla Luciana da Silva e Edina Rautenberg. O primeiro livro, assim como o título informa, traz uma problemática sobre as modalidades de história que tratam do presente e como estas, compondo um campo relativamente novo entre os historiadores, acaba por ser “tomada” pela grande mídia que delega para si o dever de documentar os eventos do presente, escolhendo assim o que publicar e o que não publicar, a longo prazo criando a sua própria narrativa da História que sutilmente é repassada como a versão “oficial” para a população, que por sua vez absorve essa interpretação criando assim um consenso silencioso que se reforça gradativamente. Essa é uma característica do fenômeno chamado de “Ditadura do Pensamento Único”:

[...] a partir dos meios de comunicação que, através de uma falsa liberdade de expressão, mascaram o controle e a criação, concentrada e centralizada, das informações. Dentre os seus principais objetivos, podemos destacar dois: a reprodução do sistema dominante (fundamentado na superexploração e na exclusão social) e, conseqüentemente, a impossibilidade de se gestar qualquer alternativa a ele (Padrós; Ribeiro, 1999, p. 14).

De acordo com a citação acima, entende-se que a grande imprensa também está alinhada à ideologia neoliberal e utiliza de seu caráter informativo para ser um dos,

senão o principal meio propagador desta. Aqui adiciono o trabalho de Carla da Silva e Edina Rautenberg, que nos ajudam a compreender que a imprensa, apesar de sempre se mostrar como mediadora dos poderes público e privado, na prática ainda é uma empresa privada e como tal é ideologicamente alinhada ao segundo grupo, dessa forma promovendo a “reprodução do sistema dominante” como exposto no trecho de Padrós. As autoras fazem uma exposição dessa problemática com um questionamento importante sobre a falta de regulamentação da mídia e o aparente consenso da não necessidade de tal medida, justamente pela autodenominação da imprensa como entidade que fiscaliza as ações das instituições pública e privada e a aparente aceitação dessa premissa pela população em geral:

a mídia promove a intermediação entre as esferas pública e privada, o que implica a atuação de atores privados mediando seja outros interesses privados, seja (principalmente) interesses públicos, coletivos, o que significa uma grave ambiguidade em razão da própria mídia pertencer à esfera dos interesses privados, a começar por seu próprio caráter empresarial. Além disso, em razão de, por um lado, haver um consenso (teórico e histórico) de que a mídia possui poder – de formar opinião e imagens, de influenciar agendas e os poderes constituídos – e de que, por outro lado, todos os poderes necessitem de anteparos, deve-se questionar quais são os controles democráticos existentes ao poder da mídia (Silva; Rautenberg, 2014, p. 13-14).

No âmbito da notícia entendida como mercadoria, assim como defendido pelas autoras, percebemos que não somente a mídia nacional importa suas notícias das grandes agências internacionais, como também seleciona apenas os assuntos (e dentro de cada um, o que será noticiado) cuja reprodução acarrete algum benefício para a empresa, seja com notícias de interesse geral em que o consumo em larga escala traga retorno financeiro, ou de temas alinhados ideologicamente com seus interesses ou das agências de notícias as quais a mídia nacional apenas reproduz. Como informado pelas autoras, a influência ideológica no Ocidente se dá por “agências internacionais de publicidade, firmas internacionais de opinião pública, pesquisa de mercado e relações públicas, e as corporações comerciais transnacionais que atuam como anunciantes.” (Silva; Rautenberg, 2014, p. 116). Em outras palavras, como uma empresa de comunicação leal ao neoliberalismo, não há prova de lealdade maior que seguir à risca a cartilha ideológica de seus maiores representantes, Estados Unidos e União Europeia.

Essa problemática acerca das relações da grande imprensa assim como a influência destas relações em seus produtos é algo a ser levado em conta ao analisá-la como fonte. As autoras também abordam essa questão:

(...) A imprensa pode ser fonte, mas a imprensa pode também ser objeto, na medida em que é possível interpretá-la como partido ou como aparelho privado de hegemonia. No momento em que se busca problematizar a história de um dado veículo, sua atuação, os grupos que lhe sustentam, lhe dão a linha editorial, tudo isso nos coloca os veículos de comunicação como um objeto de investigação, porque ele pode ser visto como sujeito ou portador de sujeitos históricos concretos. (Silva; Rautenberg, 2014, p.06)

Sabendo da necessidade de levarmos estes aspectos em conta para analisar criticamente a fonte enquanto objeto, seguimos com a afirmação das autoras de que “devemos esclarecer qual a problemática da pesquisa, qual a temática da investigação para exercer a crítica interna ao documento: suas condições de produção, sua verificabilidade, sua “verdade”” (Silva; Rautenberg, 2014, p.131-132).

Ainda neste campo da problemática e da “verdade” do documento, um dos pontos principais a ser analisado e criticado é o do caráter liberal pró ideologia hegemônica das empresas de comunicação. Ao longo do livro, entendemos que por vezes a própria imprensa já se intitula liberal, mas mesmo as empresas que não o fazem entram nesse escopo pelo compartilhamento de uma base de conceitos constantemente utilizados, como “quarto poder, opinião pública, responsabilidade social, liberdade de expressão” (Silva; Rautenberg, 2014, p. 133-134), além do fato desta selecionar meticulosamente as matérias que divulga e seu conteúdo ao mesmo tempo que se nomeia como entidade reguladora do poder. Para desconstruirmos essa afirmação autoimposta, vamos observar a colocação das autoras:

É correto dizermos que a imprensa vigia o poder. E faz isso supostamente em nome de todos, o que se consubstancia dizendo que fala em nome da “sociedade brasileira”, do “país”, etc. No entanto, isso é uma expressão ideológica que oculta que o papel de cão de guarda exercido pela grande imprensa se dá em nome dos próprios interesses das empresas jornalísticas e suas relações de classe. É absolutamente seletiva na escolha dos “desmandos” que denuncia e das cobranças que faz ao poder instituído (Silva; Rautenberg, 2014, p. 135).

Essa ideia de seletividade de fatos aqui mencionada também é feita no livro, este tendo como referência a obra de Perseu Abramo – *Padrões de manipulação na grande imprensa* – que nos traz conceitos como o de “padrão de ocultação”:

Por isso é que o padrão de ocultação é decisivo e definitivo na manipulação da realidade: tomada a decisão de que um fato “não é jornalístico”, não há a menor chance de que o leitor tome conhecimento de sua existência, por meio da imprensa. O fato real foi eliminado da realidade, ele não existe. O fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato presente na produção jornalística, real ou ficcional, passa a tomar o lugar do fato real, e a compor, assim, uma realidade diferente da real, artificial, criada pela imprensa (Abramo, 2016, p. 41).

Fica evidente a facilidade que a grande mídia tem de ocultar fatos, cuja presença ou ausência tem tamanho poder na formação do consenso sobre o que é verdade ou não, e aqui podemos inferir que o papel de manipulação da opinião pública da imprensa não está somente na forma como ela dá as suas notícias, mas também, e talvez principalmente, naquilo que ela deliberadamente não expõe – pois o que não é relatado nos noticiários está em quantidade infinitamente maior do que aquilo que é divulgado – e é aí que se faz imprescindível a análise crítica da imprensa que é utilizada como fonte, seja ela jornal, revista, site ou de outro meio. É importante ressaltar como mencionado anteriormente, que os jornais e revistas, sejam na versão física, digital ou pela televisão, são a fonte principal de notícias da população, se não for a única.

É possível dizer então, que a mídia tem um potencial sem precedentes de construção da memória coletiva, e esta, por sua vez, é sujeita a todo tipo de contradição, intencionalmente ou não. Pollak (1992, p. 03) exemplifica esse fenômeno nos trazendo alguns exemplos em seu livro, sendo um deles a memória ancestral dos *pieds noirs*, pessoas de origem Europeia que nasceram na Argélia durante o período colonial francês, em que a segunda geração destes “na verdade nem chegaram a nascer na Argélia, mas entre os quais a lembrança argelina foi mantida de tal maneira que o lugar se tornou formador da memória.”. Sendo assim, podemos inferir que este campo da memória coletiva é uma ferramenta poderosa quando se quer estabelecer uma narrativa, e atualmente não há maior ferramenta para fazê-lo do que a imprensa, que detém essa arma ideológica que permite moldar ou até mesmo criar a memória coletiva, ainda que não faça isso de forma deliberada.

Como será visto adiante, conseguiremos perceber que se tratando da luta entre os povos trabalhados aqui, o padrão de ocultação se dá quando não se contextualiza todo o projeto de expulsão polido por décadas que resultou na configuração atual da região, reduzindo a história contada a grupos terroristas do presente que parecem ter surgido pelo simples ódio a comunidade judaica e não como consequência do passado. Para buscarmos essa contextualização, utilizaremos da obra de Nur Masalha que se inicia em 1882, ano em que acontecem as primeiras discussões acerca de uma “colonização” judaica em uma terra com uma população tida como ignorável, que poderia facilmente ser transferida. Estas conversas são feitas no núcleo do movimento sionista, fundado no mesmo ano e cujas figuras como Chaim Weizmann, David Ben-Gurion, Yosef Weitz, entre outros, são personagens centrais nesse projeto de expulsão dos palestinos. A obra de Masalha se baseia principalmente em arquivos privados tornados públicos de documentos israelenses, com complementos de documentos britânicos e árabes assim como algumas fontes secundárias obtidas em anos mais recentes, embora se relate que existem diversos documentos que poderiam ajudar a aprofundar o trabalho, mas permanecem confidenciais.

Este texto será dividido em três itens: O item 1 será uma contextualização histórica desde 1882 em diante, com os conflitos que se iniciam na região da Palestina, passando através da criação oficial do Estado de Israel em 1948 e seus desdobramentos que ainda se manifestam atualmente. O item 2 tem como enfoque a *Veja* enquanto fonte com análises de suas relações com outras instituições no decorrer de sua história, levando em conta suas devidas problematizações e contexto em que se insere. Por fim, o item 3 trata da *Veja* acerca do conflito Israel-Hamas iniciado em 2023, dissecando algumas de suas reportagens. A partir daí serão feitas comparações com o conteúdo apresentado nos dois primeiros itens a fim de verificarmos nas publicações quais fatos estão sendo apresentados, destacados e omitidos, para dessa forma traçarmos a opinião que a empresa se propõe difundir, seja de forma explícita ou não.

## 1 – O advento do sionismo e desencadeamento do “conflito” Israel-Palestina

A partir de 1882 com o advento do sionismo<sup>4</sup> e o *lobbying* massivo empregado por seus intelectuais, a sociedade árabe na Palestina lentamente começaria a sofrer um cerceamento coordenado, tornando cada vez mais insustentável suas condições de permanência na região ao ponto de reagirem violentamente assim que perceberam essas intenções ocultas na chegada dos novos habitantes somadas às declarações de pensadores do movimento. Onde sempre existiu uma comunidade judaica<sup>5</sup> minoritária e cordial, agora passava a existir um grupo cada vez maior com o fluxo de colonizadores cujo financiamento permitia que estes comprassem terras dos árabes para expulsá-los de forma sistemática. Este trabalho intelectual para iniciar e acelerar o processo de expulsão árabe – fenômeno que nas palavras de seus líderes era chamado de “transferência” – foi elaborado pelas principais mentes dos fundadores e da alta hierarquia do movimento sionista, com ajuda financeira de influentes e magnatas simpáticos à causa. Também é importante mencionar que durante todo esse processo os palestinos sofreram tamanha desumanização ao ponto de os pensadores sionistas acharem viável o conceito de “transferência em massa” como forma de evacuar a região. Tal opinião era encontrada nos mais diversos setores do sionismo:

Não se deve imaginar que o conceito de transferência era tido apenas por maximalistas ou extremistas dentro do movimento Sionista. Ao contrário, era abraçado por quase todos os tons de opinião, da direita Revisionista à esquerda Trabalhista. Virtualmente todo membro do panteão Sionista de pais fundadores e líderes importantes o apoiava e o defendia de uma forma ou outra, de Chaim Weizmann e Vladimir Jabotinsky a David Ben-Gurion e Menahem Ussishkin. Apoiadores da transferência incluíam tais moderados como o “apaziguador árabe” Moshe Shertok e o socialista Arthur Ruppin, fundador do Brit Shalom, um movimento defendendo direitos iguais para árabes e judeus (Masalha, 1992, p.02).<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Sobre o sionismo, nas breves palavras de Hobsbawm (1988, p. 138) se define por “um nacionalismo de Estado, territorial, para judeus.”

<sup>5</sup> Yishuv (“Colônia” em hebraico) Comunidade judaica na Palestina anterior ao estabelecimento do estado de Israel em 1948. – Original: Yishuv (Hebrew for “Settlement”) Jewish community in Palestine prior to the establishment of the state of Israel in 1948 (Masalha, 1992, p. 214).

<sup>6</sup> Original: It should not be imagined that the concept of transfer was held only by maximalists or extremists within the Zionist movement. On the contrary, it was embraced by almost all shades of opinion, from the Revisionist right to the Labor left. Virtually every member of the Zionist pantheon of founding fathers and important leaders supported it and advocated it in one form or another, from Chaim Weizmann and Vladimir Jabotinsky to David Ben-Gurion and Menahem Ussishkin. Supporters of

Este trecho explica bem como o conceito de transferência como forma de resolver o “problema populacional” estava profundamente enraizado nos pensadores sionistas de tal forma, que qualquer outra maneira de solução para tal “problema” – criado por eles – era sequer cogitada. No livro é descrito que são traçados paralelos de forma intencional pelos sionistas, entre essa concepção que invisibilizava a comunidade local e o eurocentrismo da época (vale lembrar, este era o mesmo período histórico em que os grandes poderes da Europa discutiam a partilha da África<sup>7</sup>), como uma forma de mostrarem estar ideologicamente próximos dos governos e líderes das maiores potências do continente, mostrando que dividiam dos mesmos ideais racistas e xenofóbicos para dessa forma fazer sua causa ganhar simpatia. Tal posicionamento é replicado por exemplo no slogan cunhado pelo escritor Anglo-Judeu Israel Zangwill – “uma terra sem povo para um povo sem-terra” (Masalha, 1992, p.05). Chaim Weizmann, outro intelectual pioneiro que viria a ser também pai fundador e futuro presidente de Israel, também compartilhava desse pensamento. Uma vez, ao ser indagado a respeito dos árabes palestinos por Arthur Ruppin, empregado da Agência Judaica a serviço do departamento de colonização, respondeu que “Os britânicos nos informaram que existem algumas centenas de milhares de negros [Kushim] e quanto a esses não existe valor” (Masalha, 1992, p. 05-06).

Entre 1882 e 1936 ocorreram diversas discussões e propostas sobre a transferência e como ela deveria ser executada com atenção especial às ações e opiniões dos pais fundadores de Israel. A compra de terras, financiada pelo Fundo Nacional Judeu<sup>89</sup>, estava atrelada aos conceitos de “terra hebreia” e “trabalho hebreu”

---

transfer included such moderates as the “Arab appeaser” Moshe Shertok and the socialist Arthur Ruppin, founder of Brit Shalom, a movement advocating equal rights for Arabs and Jews (Masalha, 1992, p.02).

<sup>7</sup> “[...] entre 1880 e 1914, e a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão [...] Por volta de 1914, a África pertencia inteiramente aos impérios britânico, francês, alemão, belga, português e, marginalmente, espanhol” (Hobsbawm, 1988, p.57).

<sup>8</sup> Fundo Nacional Judeu (FNJ) – (Em hebraico: “Keren Kayemet LeYisrael”) Estabelecido em 1901 como o braço de aquisição e administração de terra da Organização Sionista Mundial, no entendimento de que a terra comprada não poderia ser vendida nem hipotecada, ficando em custódia perpétua para o povo judeu. – Original: Jewish National Fund (JNF) – (in Hebrew: “Keren Kayemet LeYisrael”) Established in 1901 as the land acquisition and administration arm of the World Zionist Organization, on the understanding that the land bought could be neither sold nor mortgaged, remaining in perpetual trust for the Jewish people (Masalha, 1992, p. 212).

<sup>9</sup> Organização Sionista Mundial (OSM) – Organização oficial do movimento internacional sionista fundado em 1897 no Primeiro Congresso Sionista na Basileia. O Congresso Sionista é o fórum supremo

como justificativa da exclusão da mão de obra árabe local, além das conversas com os líderes governamentais locais, na intenção de agir em prol da criação do futuro estado judeu, de maneira mais oculta da percepção popular possível (Masalha, 1992, p. 08).

Até 1917 o trabalho sionista ainda estava quase que inteiramente no campo das ideias. Esse cenário começa a deixar a teoria para entrar no campo da prática após a Declaração Balfour<sup>10</sup> de mesmo ano. Naquela época, a região da Palestina estava sob domínio do Império Otomano, e dado seu desgaste conforme a progressão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) sua derrota era tida como inevitável ao ponto de já se iniciarem discussões sobre a partilha do território conquistado entre as potências da Tríplice Entente (Reino Unido, França e Rússia). Em 1920 a área que compreende as atuais fronteiras da Palestina e de Israel esteve sob jurisdição do Reino Unido no que ficou conhecido como Mandato da Palestina. Quando este foi criado, já havia certa relação cordial entre os sionistas e os líderes britânicos. A Declaração Balfour de certo modo serviu para que muitos na comunidade sionista fossem mais assertivos em suas declarações e as fizessem agora não mais apenas entre seus círculos intelectuais, mas também para o público em geral. Zangwill por exemplo publicaria em um jornal de 1918 uma sugestão de emigração dos palestinos a países árabes vizinhos, como forma de resolver a “questão da terra”. Tais declarações foram suficientes para despertar revolta entre a população árabe da Palestina:

A campanha pública de Zangwill não foi sem contratemplos. Suas observações em uma reunião pública em 1919 sobre os árabes da Palestina – “muitos são semi-nômades, eles não deram nada à Palestina e não têm direito às regras da democracia” – aparentemente irritaram o Emir Faiçal, que estava visitando a Inglaterra na época. Faiçal, o comandante militar da revolta árabe contra os otomanos durante a Primeira Guerra Mundial e à época o foco dos planos

---

e órgão legislativo da OSM e o Executivo Sionista (até 1921 o Comitê de Ações Internas) implementa suas decisões. – Original: World Zionist Organization (WZO) – Official organization of the international Zionist movement founded in 1897 at the First Zionist Congress at Basle. The Zionist Congress is the supreme forum and legislative body of the WZO and the Zionist Executive (until 1921 the inner Actions Committee) implements its decisions (Masalha, 1992, p. 214).

<sup>10</sup> Declaração Balfour – Comunicado oficial datado de 2 de novembro de 1917 expressando o apoio britânico para o “estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu na Palestina...” A declaração foi comunicada em uma carta do Secretário de Relações Exteriores Arthur James Balfour para Lionel Walter Rothschild (2º Barão Rothschild), um líder da comunidade judaica britânica). Original: Balfour Declaration - Official statement dated 2 November 1917 expressing British support for “the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people....” The declaration was communicated in a letter from British Foreign Secretary Arthur James Balfour to Lionel Walter Rothschild (2d Baron Rothschild), a leader of British Jewry (Masalha, 1992, p. 211).

britânicos no mundo árabe, se referiu ao discurso de Zangwill em uma entrevista em uma crônica judaica em 3 de outubro de 1919, enfatizando que a Palestina tinha uma população árabe profundamente enraizada e que não poderia ser transformada em um estado judeu.<sup>11</sup>

A reação palestina às declarações sionistas e ao aparente apoio britânico foram a fagulha para manifestações espontâneas de “protestos e resistência que eventualmente culminariam na grande Rebelião Árabe de 1936-1939, de base campesina.” (Masalha, 1992, p.15). Entre as décadas de 1930 e 1940 o autor menciona a criação do que chamam de movimentos nacionais, mas não tarda em explicar que o caráter nacionalista de tais movimentos se dava apenas pelo antagonismo forçado que o sionismo empregava entre estes e os árabes. Não é por acaso que pensadores e líderes da época apontavam comparações descabidas entre estes movimentos e o nazismo que se consolidava em paralelo na Europa, na intenção de colocá-los na mesma categoria de ideologias em que não se cogitava possibilidade alguma de negociação (Masalha, 1992, p.19) Além disso, mesmo quando já se tinha conhecimento das atrocidades cometidas pelo nazismo, este não deixou de ser mencionado de forma conveniente se fosse para favorecer a causa sionista. Em uma reunião executiva da Agência Judaica<sup>12</sup> em junho de 1944, Ben-Gurion chegou ao ponto de declarar que “o Holocausto ainda não foi totalmente explorado para benefício do sionismo [...] a maior oportunidade para os sionistas estava fadada a aparecer após a guerra” (Masalha, 1992, p. 160).

Nesse período também surgiram algumas movimentações político-militares que contribuíram de forma crucial à aceleração do êxodo palestino. Podemos definir a primeira como sendo o fortalecimento da *Haganah*, a força militar judaica na

---

<sup>11</sup> Original - Zangwill's public campaign was not without some mishaps. His remarks at a public meeting in 1919 about the Arabs of Palestine-"many are semi-nomad, they have given nothing to Palestine and are not entitled to the rules of democracy"-apparently angered Emir Faisal, who was visiting England at the time. Faisal, the military commander of the Arab revolt against the Ottomans during World War I and at the time the focus of Britain's plans in the Arab world, referred to Zangwill's speech in a Jewish Chronicle interview on 3 October 1919, emphasizing that Palestine had a deeply-rooted Arab population and could not be transformed into a Jewish state (Masalha, 1992, p. 14).

<sup>12</sup> Agência Judaica (AJ) – Órgão expandido estabelecido pela Organização Sionista Mundial em 1929, incluindo líderes sionistas e não-sionistas pelo mundo, pelo propósito de cooperar com as autoridades do Mandato Britânico para estabelecer um lar nacional judeu na Palestina. Gradualmente, a AJ e a OSM se tornaram legalmente e estruturalmente idênticas. – Original: Jewish Agency (JA) – Expanded body established by the world Zionist Organization\* in 1929, including Zionist and non-Zionist leaders throughout the world, for the purpose of cooperating with the British mandatory authorities to establish a Jewish national home in Palestine. Gradually, the JA and WZO became legally and structurally identical (Masalha, 1992, p. 212).

Palestina, logo após a Rebelião de 1936-39 que serviu de justificativa perfeita para que o partido *Mapai* de Ben-Gurion tomasse a decisão de expandir o exército (Masalha, 1992, p. 26). Outra movimentação importante foi o da ala revisionista do sionismo estabelecida por Vladimir Jabotinsky, que ao contrário da ala trabalhista de comportamento pragmático e flexível no que se refere ao projeto de transferência, por sua vez recusava qualquer negociação com o lado palestino (Masalha, 1992, p. 28). O legado dessa ala daria origem a *Irgun* e a *Lehi*<sup>13</sup>.

Como forma de tentar solucionar o tumulto causado pela rebelião, a Grã-Bretanha envia a chamada Comissão Real de Inquérito, nomeando o Lorde Peel como chefe dela no que ficou popularmente conhecido como Comissão Peel. A Comissão ouviu praticamente todos os líderes sionistas da região – membros da própria comissão já se mostraram simpatizantes a causa – assim como representantes árabes. Nessas reuniões se apresentavam as propostas tanto de transferência como de divisão de território e em simultâneo também eram feitas tentativas por parte dos sionistas de convencer até mesmo os líderes árabes a aceitarem o projeto de transferência, como ocorreu com o Emir Abdallah da Transjordânia (Masalha, 1992, p. 57). A Comissão Peel concluiu e emitiu seu relatório em 8 de Julho de 1937 e de forma resumida, entendeu que as vontades nacionais de árabes e judeus eram incompatíveis e embora os judeus ainda detivessem uma parcela pequena da terra (menos que 6%), teriam um terço do país judeu – a divisão seria entre dois países, o lado palestino contendo a Transjordânia e a parte árabe da Palestina, e o resto aos judeus – nele contendo a maior parte do litoral e das terras férteis da região, com a execução delegada aos britânicos (Masalha, 1992, p. 60-61). Enquanto o relatório fez com que os sionistas sentissem sua soberania assegurada pelos britânicos, entre os árabes causou uma explosão de violência, amplificando a revolta iniciada em 1936. Ainda assim, mesmo com o reconhecimento garantido, para os sionistas a proposta dada pela Comissão Peel não

---

<sup>13</sup> *Irgun*, fundada em 1935 e liderada na década de 40 pelo futuro primeiro-ministro de Israel Menachem Begin, especializada em ataques com bomba em campanhas de terror durante 1930 a 1948, contra civis não somente palestinos mas também britânicos (estes a partir de 1944) e a *Lehi*, que se separou da *Irgun* em 1940 e também ficou conhecida como “*Gangue Stern*” por causa do nome de seu fundador, Avraham Stern. Esta organização por sua vez se especializou em assassinatos políticos durante a Guerra civil no Mandato da Palestina de 1947-1948. Dentre algumas posições defendidas pela *Lehi*, uma era de que “qualquer resistência palestina aos objetivos sionistas deveria ser esmagada impiedosamente” (Masalha, 1992, p. 30).

foi satisfatória o bastante pois em sua visão eles estavam cedendo uma terra que já lhes era de direito, em outras palavras, “a terra de Israel é nossa e não a terra dos árabes, e não porque eles possuem grandes territórios, e nós possuímos pouco. Nós demandamos a Palestina porque é nosso país” (Gorny *apud* Masalha, 1992, p. 79).

Essa frase foi dita dentro do contexto do Vigésimo Congresso Sionista, que como conclusão definiu, após rejeitar a proposta dada pela Comissão Peel, iria seguir na intenção de “empoderar o Executivo Sionista<sup>14</sup> para entrar em negociações nos termos exatos do proposto estabelecimento de um estado judeu, em antecipação de futuras transações” (Masalha, 1992, p. 93). Sob esse intuito foi criado um comitê de transferência com vários nomes importantes de intelectuais sionistas, líderes *Yishuv* e executivos da colonização e aquisição de terras. Este comitê, após uma série de reuniões, percebeu que por razões estratégicas a favor da colonização das terras, “a transferência dos camponeses palestinos e população rural deve preceder a evacuação da população árabe urbana” (Masalha, 1992, p. 95). Afirmações como essa iriam servir futuramente de inspiração nos planos militares empregados para incentivar a expulsão de camponeses palestinos durante a Guerra de 1948.

Do lado britânico, estes pareciam retroceder na proposta de transferência elaborada na Comissão Peel, o que foi ignorado pelos sionistas visto que estes continuavam seus planejamentos de transferência mesmo sabendo de tal retrocesso. Em agosto de 1938 a Comissão Woodhead enviada para analisar a possibilidade de implementar o que foi definido na Comissão Peel, retorna da Palestina concluindo que a divisão de terra não poderia ser executada “por causa do grande número de árabes habitando os territórios assignados ao estado judeu [...] sem reduzir a área judaica a um tamanho que nenhum sionista poderia aceitar” (Masalha, 1992, p. 118). Essa conclusão britânica se formalizou no que ficou conhecido como Livro Branco de 1939<sup>15</sup>. Apesar da conclusão frustrante para os sionistas, estes entenderam que era uma

---

<sup>14</sup> O Executivo Sionista implementa as decisões da Organização Sionista Mundial, como já dito.

<sup>15</sup> Declaração da política britânica na Palestina emitida em maio de 1939, como uma alternativa à Comissão Peel, que foi considerada impraticável. Defendia o estabelecimento dentro de dez anos de um estado palestino unitário onde judeus e árabes compartilhariam o governo baseado em representação proporcional. – Original: White Paper of 1939 – Statement on British policy on Palestine issued in May 1939, as an alternative to the Peel Commission plan, which was found impracticable. It advocated the establishment within ten years of a unitary Palestinian state where Jews and Arabs would share government based on proportional representation (Masalha, 1992, p. 214).

resposta previsível dada a oposição fervorosa por parte dos árabes palestinos e o fato da atenção britânica agora se concentrar nos esforços da Segunda Guerra Mundial. Para não se indispor com os britânicos, buscaram os Estados Unidos como novo patrocinador em sua empreitada de criação do estado judeu. Um dos novos nomes a surgir foi o de Edward A. Norman, milionário judeu de Nova York criador do Fundo Americano para Instituições Palestinas, que empenhava recursos para financiar o *Yishuv* e futuramente Israel, além de também procurar formas para mover a população árabe para fora da Palestina. Embora seus planos não tenham sido o trabalho principal que levaria os palestinos a êxodo anos mais tarde, foram reconhecidos por grandes nomes como Weizmann e Ben-Gurion. Norman também buscou o apelo de políticos dos Estados Unidos como o juiz da Suprema Corte Louis Brandeis, assessores de presidentes e até mesmo o presidente Harry Truman em 1945 (Masalha, 1992, p. 154).

Durante a campanha nos Estados Unidos, as reuniões secretas nos círculos sionistas continuavam. Yosef Weitz, membro do primeiro comitê de transferência e diretor do Departamento de Terras do Fundo Nacional Judeu, estava totalmente investido em planejar a transferência. Trabalhou na criação de um segundo comitê com não mais que 5 pessoas agindo em contato com autoridades apenas quando necessário e sem buscar apoio externo, dada a guerra em que os britânicos estavam envolvidos. Não somente os planos de Weitz, mas de praticamente todos que vieram antes dele seriam agora aproveitados na cada vez mais próxima Guerra de 1948:

Quase não vale mencionar que os vários planos de transferência discutidos nesse estudo não carregam o mesmo peso. Certamente, aqueles encabeçados ou defendidos pelos principais líderes *Yishuv* (trabalhistas) e membros líderes do Executivo da Agência Judaica, do Fundo Nacional Judeu, e da Companhia Palestina de Desenvolvimento de Terra (Heurat Hachsharat Hayishuu), assim como os comitês de transferência oficiais, são muito mais importantes do que aqueles encaminhados por um sionista revisionista como Ben-Horin ou um judeu americano vivendo em Nova York como Edward Norman. [...] No entanto, o apoio em geral que eles receberam e as tentativas de promovê-los pelos principais funcionários e sionistas trabalhistas, particularmente aqueles líderes que teriam papéis decisivos em 1948 – Ben-Gurion, Weizmann, Shertok, Kaplan, Golda Meyerson, Weitz e daí em diante – marcam a intenção ideológica que fez o êxodo de refugiados palestinos em 1948 possível. (Masalha, 1992, p. 165).<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Original: It hardly bears mentioning that the various transfer plans discussed in this study do not all

## 1.1 – A *al-Nakba*

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, todo o trabalho empenhado pelos sionistas estava prestes a ser posto em execução no campo de batalha, campo esse que por vezes se traduzia apenas em vilarejos árabes cuja retaliação independia de existir ali uma resistência. Em fevereiro do mesmo ano, antes do final da guerra, a *Haganah* além dos grupos paralelos *Irgun* e *Lehi* já estava de prontidão com seus planos militares para quando sua guerra tivesse início, sendo um deles o Plano *Gimel* ou Plano *May* de 1946 que previa “a destruição do transporte árabe na Palestina; ataques em clubes, cafês, centros de comunicação, estações de água e [...] detonações de casas usadas por alegados assaltantes árabes e a expulsão de seus habitantes” (Masalha, 1992, p. 177). O gatilho disparou em 29 de novembro de 1947, após a votação da Assembleia Geral das Nações Unidas na resolução 181:

Endossando a partição da Palestina em dois estados, árabe palestino e judeu, com Jerusalém e Belém constituindo uma zona internacional. Sob os limites definidos pela resolução da partição, por volta de 42 por cento da população do estado judeu seria árabe. [...] em antecipação à votação da partição, durante as deliberações, um consenso emergiu em favor de negar cidadania israelense para quantos árabes fosse possível. Como explicado por Ben-Gurion, a vantagem de os árabes terem cidadania árabe era de que em caso de hostilidades, seu status legal seria o de residentes estrangeiros, e eles portanto “poderiam ser expulsos” do estado judeu por potencial deslealdade. (Masalha, 1992, p. 175).<sup>17</sup>

A partir desse ponto o que se desencadeou no território israelense foi uma violenta guerra civil, precisamente a justificativa desejada pelos sionistas para mandar

---

carry the same weight. Certainly, those put forward or supported by mainstream Yishuv (labor) leaders and leading members of the Jewish Agency Executive, the Jewish National Fund, and the Palestine Land Development Company (Heurat Hachsharat Hayishuu), as well as the official transfer committees, are far more important than those put forward by a Revisionist Zionist like Ben-Horin or an American Jew living in New York like Edward Norman. [...] Nonetheless, the general support they received and the attempts to promote them by mainstream official [sic] and Labor Zionists, particularly those leaders who were to play decisive roles in 1948-Ben-Gurion, Weizmann, Shertok, Kaplan, Golda Meyerson, Weitz, and so on-highlight the ideological intent that made the Palestinian refugee exodus in 1948 possible (Masalha, 1992, p. 165).

<sup>17</sup> Original: endorsing the partition of Palestine into two states, Palestinian Arab and Jewish, with Jerusalem and Bethlehem constituting an international zone. Under the boundaries set out by the partition resolution, about 42 percent of the population of the Jewish state would be Arab. [...] in anticipation of the partition vote, in the course of the deliberations, a consensus emerged in favor of denying Israeli citizenship to as many Arabs as possible. As Ben-Gurion explained, the advantage of the Arabs having Arab citizenship was that in the event of hostilities, their legal status would be that of resident aliens, and they therefore 'could be expelled' from the Jewish state for potential disloyalty (Masalha, 1992, p. 175).

embora de seu novo território todo árabe que fosse possível, podendo agora implementar também seus planos militares de ataque e estrangulamento econômico em pontos vitais da estrutura palestina, que do seu lado não possuía mais que grupos desorganizados de resistência. O esforço de guerra no estado judeu previa a destruição de todo vilarejo e cerco em toda cidade que resistisse à nova administração assim como a expulsão de seus habitantes. Aqui entra um ponto importantíssimo apontado por Masalha para compreendermos de qual forma foi aproveitado o conceito de transferência tão enraizado no sionismo desde sua fundação, assim como os planos que haviam sido elaborados nas décadas que antecederam a guerra:

Embora o plano não fosse um esquema para a expulsão dos árabes, foi ancorado no conceito político-ideológico de transferência e forneceu a política operacional em campo: as disposições específicas do plano foram interpretadas e postas em prática por comandantes da Haganah que estavam totalmente cientes dos objetivos político-demográficos de Ben-Gurion, cuja marca o plano trazia. (Masalha, 1992, p. 178-179).<sup>18</sup>

Isso nos mostra que quaisquer que tenham sido as intenções aparentes ou ocultas dos sionistas no pré-guerra, estas tornaram-se irrelevantes quando puderam ser aproveitadas para agressivamente mandar embora uma população que sempre foi tratada como indesejável. Para agravar a situação do êxodo, foram detectadas várias falhas “em distinguir entre vilarejos árabes “hostis” e aqueles que firmaram pactos de “não-agressão” com a *Yishuv*” (Masalha, 1992, p. 179). Poderia dar-se o benefício da dúvida se estas “falhas” foram intencionais ou não, mas parece extremamente improvável dada a quantidade numerosa de vezes em que isso ocorreu, somada às declarações sobre priorizar expulsões pelas mais diversas vozes do sionismo. Outro indicativo de ações premeditadas foi o fato de que às vésperas da implementação do Plano *Dalet* em março de 1948 a *Haganah* criou um “comitê para a propriedade árabe abandonada” que se encarregaria da disposição das terras árabes sob domínio da *Yishuv*, sem mencionar a animosidade de Weitz em colocar em prática os planos elaborados antes da guerra e acelerar o processo de remoção de árabes para somente

---

<sup>18</sup> Original: Although the plan was not a blueprint for the expulsion of the Arabs, it was anchored in the politico-ideological concept of transfer and provided the operative policy in the field: the plan's specific provisions were interpreted and acted upon by Haganah commanders who were fully aware of the politico-demographic objectives of Ben-Gurion, whose imprint the plan bore (Masalha, 1992, p. 178-179).

então tratar das terras. Ainda sobre Weitz, em 5 de Junho ele enviou a Ben-Gurion um documento de três páginas contendo procedimentos listando métodos de agressão e expulsão a serem executados como “[...] destruir vilarejos árabes durante operações militares, prevenir o cultivo (e colheita) de terras árabes, colonização de judeus em cidades e vilarejos árabes, instituir legislação barrando o retorno de refugiados” (Masalha, 1992, p. 189) dentre outros procedimentos com o intuito de remover quem ainda estivesse no novo território judeu e prevenir quem tivesse intenção de retornar.

O resultado de uma quantidade infindável de planos de intimidação, evacuação, cercos e ataques coordenados de ao menos três grupos militares e paramilitares contra grupos armados palestinos sem uma organização central fez transformar o que era uma maioria considerável árabe em uma minoria que não era desejada, mas agora fornecia uma situação muito confortável dentro do cenário do recém-criado estado de Israel. Após o final da guerra, restou gerir o novo país escondendo qualquer indício de que existiu um aproveitamento massivo de oportunidades diante de uma guerra desigual. As tentativas com esse intuito constituíam em negar as noções de transferência ou expulsão e atribuir a evacuação de 730 mil palestinos às ordens dos próprios exércitos árabes e deliberadamente esquecer os diversos debates e congressos que planejavam a transferência décadas antes da guerra (Masalha, 1992, p. 207). Ao mesmo tempo em que se tentava ocultar as reuniões do passado que já possuíam um caráter sigiloso, após o fim da guerra “as figuras de liderança do *establishment* político-militar israelense se pronunciaram abertamente em favor da expulsão em massa dos palestinos, particularmente dos territórios ocupados” (Masalha, 1992, p. 209), mostrando que agora não era mais necessário esconder uma vontade que sempre existiu.

## 1.2 – Uma nova realidade

A obra de Masalha nos trouxe até aqui, contextualizando a criação do Estado de Israel e como tal acontecimento foi meticulosamente arranjado com grandes potências do Ocidente. Como este trabalho se propõe a analisar eventos do presente que também fazem alusão ao que ocorreu nesse intervalo de tempo ainda não dissecado, constarão aqui alguns episódios marcantes desse período, diplomáticos e bélicos, tirados principalmente do trabalho do líder partidário, ativista e jornalista – antigo editor da *Le Monde Diplomatique*<sup>19</sup> – francês Alain Gresh.

Após o final da guerra, Israel se consolida como estado-nação sendo reconhecida pela ONU enquanto o que resta da Palestina é uma população agora com status de refugiados no que restou de suas terras ou de estrangeiros nos países vizinhos. Alguns destes países por sua vez são tomados por uma onda nacionalista, com atenção especial ao Egito e a Síria, que em 1958 unem-se para fundar a República Árabe Unida, cujo líder Gamal Abdel Nasser trouxe um ar de esperança na região com seus discursos anti-imperialistas (Gresh, 2002, p. 44). A partir dessa época, se inicia uma cisão no que diz respeito a situação da Palestina no mundo árabe: enquanto em 1959 Yasser Arafat funda o Movimento de Libertação da Palestina ou *Fatah*, que defende a libertação da região pelos próprios palestinos, os outros países do mundo árabe – sob liderança do Egito – fundam a chamada Organização de Libertação da Palestina (OLP) em 1964. Um ano depois, a *Fatah* começaria ataques contra Israel.

Em 1967 acontece a Guerra dos Seis Dias, em que o Egito, Síria e Jordânia sofrem uma derrota significativa para Israel, passando a ocupar não somente a região de Golã na Síria e Sinai no Egito, mas também o território palestino deixando a Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental (Gresh, 2002, p. 44). A derrota vem como um golpe para o nacionalismo de Nasser e como validação para a narrativa da *Fatah* de que a libertação dos palestinos se dará exclusivamente por eles. A resistência dos *fedayin* – os que se sacrificam – se expande para além das fronteiras Israel-Palestina situando-se na Jordânia, por exemplo. Tal mudança, contudo, seria combatida pelo rei Hussein expulsando o que restou dos *fedayin* até o Líbano. Nos anos seguintes, se amplifica a campanha de terror quando o que restou da *Fatah* fugida da Jordânia se

---

<sup>19</sup> Jornal mensal francês fundado em 1954 com posicionamento crítico ao neoliberalismo e globalização.

une a alguns integrantes da OLP para fundar a *Setembro Negro*, organização que foi responsável pelo assassinato de 11 atletas israelenses durante o Massacre dos Jogos de Munique de 1972. Em seguida o momento se inverte, os guerrilheiros sofrem baixas tremendas e a OLP assim como seus respectivos países fundadores tentam se legitimar, dividindo ainda mais o mundo árabe. Em 1978, o Egito consegue recuperar Sinai em um acordo com Israel, que 4 anos depois invadiria o Líbano para expulsar a OLP, e no caminho “sob o olhar indiferente ou cúmplice do exército israelita, massacram os habitantes dos campos de Sabra e Chatila. Fim de uma época” (Gresh, 2002, p. 46). Entre brigas paramilitares e políticas nas duas organizações, surge a revolta popular contra a indiscriminada opressão israelense. Após a conquista dos novos territórios palestinos, praticamente metade da Cisjordânia e Gaza, Israel dá andamento aos seus projetos de colonização, oferecendo terras a preços abaixo da média nestes locais onde os novos habitantes encarregam-se de preencher os papéis de policiamento, permitindo uma vigilância ainda mais próxima da comunidade árabe cada vez mais cercada:

[...] os jovens não podem construir a sua casa, constituir família. Os palestinianos tornam-se estrangeiros na sua própria pátria. Em Gaza e Ramallah, um jovem de 30 anos não conhece nada que não seja a ocupação. Se for rapaz tem uma probabilidade em duas, digamos, de ter passado pela prisão. O seu irmão, o seu pai ou o seu primo foi morto; vários membros da sua família ficaram incapacitados. O seu horizonte não ultrapassa uns poucos quilômetros quadrados (Gresh, 2002, p. 47).

Em 1987 a situação chega a um limite. Os jovens palestinos retaliam boicotando produtos de Israel, organizam greves, protestos e principalmente, utilizam-se de pedras para atacar as forças militares. Eis a Primeira Intifada, um evento que causou tanta comoção que após certa pressão, os Estados Unidos mediam um encontro entre os líderes palestino e judeu Yasser Arafat e Itzhak Rabin, respectivamente, no que ficou conhecido como os Acordos de Oslo de 1993. Tais acordos previam a retirada do exército Israelense assim como autonomia ao que sobrou das regiões palestinas, dentre outros pontos que, apesar de estarem longe do que era almejado pelos palestinos, eram o suficiente para criar um sentimento de esperança. O que sofreu um duro golpe após o assassinato de Rabin em 1995. No ano seguinte, o *Hamas* lançou diversos ataques suicidas e o que havia sido prometido praticamente não saiu do papel.

Sobre o *Hamas* que é um dos focos deste trabalho, é indicado aqui que assim como outras organizações terroristas que fogem do escopo, teve seu início como força aliada e financiada para lidar com outros problemas mais imediatos:

O movimento Hamas (movimento da resistência islâmica) nasceu da organização dos Irmãos muçulmanos que foi, nos anos 70 e no início dos anos 80, ajudado pelos serviços secretos israelitas para... lutar contra a OLP. O Hamas manifestou desde 1993 a sua hostilidade aos acordos de Oslo. Bem estruturado, controlando organizações de ajuda às populações mais pobres e uma rede de mesquitas, criou uma estrutura clandestina, as brigadas Ezzedine El Qassam. Estas brigadas lançaram vagas de atentados contra civis israelitas, nomeadamente na Primavera de 1996, de que resultaram dezenas de mortos (Gresh, 2002, p. 51-52).

O *Hamas*, assim como ocorreu com a *Fatah*, seria duramente combatido por Israel no futuro e se encontraria cada vez mais isolado politicamente visto que diferente de algumas décadas atrás, dessa vez a população possuía um pouco mais de esperança em uma solução pacífica, ainda que esta lhes fosse negada por diversas vezes, além de desaprovar por motivos óbvios as táticas de terror que envolviam a morte de civis do lado israelense, que não deveriam ter seu destino selado por conta das decisões de líderes e intelectuais responsáveis por criar a situação atual. Este é um ponto que precisamos ter em mente ao problematizar as ações desses grupos, pensamento que Gresh (2002, p. 51) sintetiza ao nos fazer indagar: “[...] é preciso ultrapassar a condenação moral para mergulhar na realidade política. E perguntar-se: poderemos combater eficazmente o terrorismo sem eliminar as suas causas?”. Veremos adiante que tal pergunta não parece importante para quem noticia os eventos da região.

## 2 – Histórico da *Veja* e suas relações

Pertencente à Editora Abril, que também possui outros grandes nomes de diversos nichos de interesse como *Placar*, *Capricho*, *Quatro Rodas* e *Superinteressante*, a revista *Veja* é conhecida mesmo entre aqueles que não tem o costume de consumir notícias em mídias físicas. Criada em 1968 durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), assim como praticamente todos os noticiários da época, ela também sofreu com a censura de suas publicações, o que não impediu que a empresa firmasse relações vantajosas com o governo ditatorial brasileiro e companhias de construção civil. Se faz necessário entender e problematizar a posição da grande mídia para assim compreender padrões existentes nas publicações e seleções de conteúdo a fim de entender o alinhamento da empresa, se está ou não indo em total convergência com a ideologia neoliberal, e como isso afeta a opinião e conhecimento geral acerca dos eventos históricos que são abordados por ela.

Com o apoio do livro de Carla Silva e Edina Rautenberg observamos que durante a ditadura existiu de fato um estreitamento de relações entre alguns veículos da imprensa – sendo um deles a própria *Veja* – e o governo. Essa aproximação também se estendeu a algumas empresas do ramo da construção civil, que curiosamente ganhavam a maioria das licitações de edificações importantes, sob um governo desenvolvimentista que sempre buscava empreender obras colossais. As duas principais empresas abordadas pelas autoras são a Camargo Correa, empresa em que seu proprietário era conhecido por possuir vínculos com o ditador Paraguaio Alfredo Stroessner, e a Mendes Júnior, cujo dono já havia sido funcionário público no Governo do Estado de Minas Gerais, na década de 20 (Silva; Rautenberg, 2014, p. 166). Conforme veremos a seguir, essa relação entre empresas de construção, imprensa e governo era altamente favorável para todas as partes, já que esse ciclo de benefícios tinha o potencial de trazer retornos não somente financeiros, mas também políticos:

Assim como as empreiteiras, também a imprensa brasileira manteve vínculos e apoiou a ditadura no Brasil. Neste sentido, temos procurado demonstrar em nossos trabalhos, como a revista *Veja* construiu um discurso de apoio e legitimação da ditadura. *Veja* não só não foi contrária ou neutra, como também foi favorável e por vezes defendeu à ditadura militar, por se beneficiar dos projetos, bem como pelas relações comerciais estabelecidas entre a Abril e o

Governo. Victor Civita<sup>20</sup> se utilizou da revista *Veja* para angariar da ditadura militar, recursos financeiros e outros benefícios. Em troca, reproduziu na revista o discurso e o projeto desenvolvimentista da ditadura, além de atender as exigências propostas por esta (demissão de Raimundo Pereira e Mino Carta, por exemplo) (Silva; Rautenberg, 2014, 167-168).

Fica evidente que estes três setores cresceram consideravelmente enquanto se apoiavam, e no que se refere à *Veja*, esta pode se solidificar e estabelecer relativamente cedo – ao menos entre as empresas de comunicação contemporâneas – como um dos principais nomes da mídia brasileira, ganhando recursos e reconhecimento enquanto cumpria seu papel de defensora do governo mesmo sofrendo certa censura por parte deste, mas principalmente sendo porta-voz do neoliberalismo. Um dos exemplos contraditórios da tentativa de legitimar as ações da ditadura ficou evidente nas publicações acerca da construção da Rodovia Transamazônica. As condições de trabalho extremamente precárias, onde todos permaneciam em isolamento dentro da floresta, sob constante exploração em jornadas girando em torno de 18 horas diárias com salários irrisórios eram a norma, e embora tais situações até fossem apresentadas nas notícias, passavam sob a lente da empresa com distorções de realidade, com discursos de que “tudo é justificado pela “boa vontade” dos trabalhadores” e “apresentando a possibilidade de emprego como mais um dos pontos positivos das rodovias” (Silva; Rautenberg, 2014, 171-172), ocultando os indícios de exploração.

Entretanto, aqui entra um ponto chave: o apoio da *Veja* à ditadura se manteve apenas enquanto era necessário, o vínculo com as empresas de construção eventualmente se mostrou mais forte. Ainda sobre a Transamazônica, de junho a julho de 1970 edições da revista citaram as empreiteiras mais qualificadas para dar andamento à construção dos trechos – dentre elas a Camargo Correa e Mendes Júnior – em uma lista com 12 nomes ao todo. O DNER<sup>21</sup> pouco tempo depois comunicou que parte da rodovia seria agora construída ou supervisionada por seus BECs – Batalhões de Engenharia e Construção, o que evidentemente desagradou a revista que não tardou a postar em defesa das empresas de construção:

A explicação porém era insuficiente: se o desconhecimento amazônico era motivo de segurança nacional no sentido norte-sul,

<sup>20</sup> Victor Civita (1907-1990) foi fundador do Grupo Abril.

<sup>21</sup> Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (1937 – 2001) – Órgão federal responsável à época pela gestão da construção da Rodovia Transamazônica.

não havia motivo para não ser também no sentido leste-oeste, dos cinco trechos da Transamazônica que ficaram para os empreiteiros. A explicação mais correta parecia ser a de que o Exército não aceitou ficar à margem da obra épica, além de considerar os prazos de sua execução pouco prováveis (Veja apud Silva; Rautenberg, 2014, 175).

Algumas edições adiante a *Veja* ainda sugere que o Exército fique “apenas com a fiscalização das obras, já que eles não teriam condições de competir com as empreiteiras” (Silva; Rautenberg, 2014, 176), com certo tom de desdém ao comentar sobre a capacidade das decisões do Exército. Sabemos que até hoje a obra faraônica não foi concluída. Após atrasos, problemas e tentativas de mascarar a vergonhosa demora na conclusão da rodovia por parte da empreiteira, governo e imprensa, o projeto da Rodovia Transamazônica foi dado como encerrado, com apenas um quarto do que era previsto e com todo o resto em condições intransitáveis em partes específicas do ano. O fracasso desse projeto tão exaltado pela *Veja* fez com que as menções à Transamazônica fossem diminuindo gradativamente, “tratando apenas da formação das agrovilas e da discussão em torno da terra na região, até não tratar mais do tema” (Silva; Rautenberg, 2014, p. 180).

Outra situação apresentada por Silva e Rautenberg (2014, p. 181) é referente a postura da *Veja* durante a construção da ponte Rio-Niterói (1968-1974). Dadas as dimensões da ponte, formaram-se dois consórcios de empreiteiras para dar início às obras, a CCRN – Consórcio Construtor Rio-Niterói e o Consórcio Construtor Guanabara Ltda – o qual faziam parte a Camargo Corrêa e a Mendes Júnior. Por ter ofertado o menor preço, a CCRN foi vencedora na corrida pelo contrato para a construção, que deveria ser iniciada em janeiro de 1969. Contudo, em janeiro de 1971 o contrato foi rescindido após uma série de divergências internas, atrasos e problemas de logística, e para não atrasar ainda mais a conclusão da ponte, o Consórcio Guanabara foi selecionado como novo grupo encarregado de finalizar a mesma. Como era de se esperar, a postura da *Veja* em suas publicações tinha tons totalmente distintos entre os períodos que cada um dos dois consórcios estava no comando, dado suas duas empreiteiras parceiras previamente mencionadas fazerem parte do segundo grupo:

Os acontecimentos envolvendo o Consórcio Construtor Rio-Niterói são abertamente criticados pela revista. Conforme a construção discursiva de *Veja*, durante o período do antigo consórcio, a obra não progredia. Pelo contrário, as decisões eram encobertas em silêncios

e “com decretos e silêncios pode-se fazer quase tudo. Menos uma ponte” (Veja. 28/4/1971. P.32). Quando do novo consórcio, a ponte deslanchava, prevendo ainda a compra de equipamentos mais seguros, e trabalhando de maneira que “erros de construção e de projetos estão sendo minuciosa e pacientemente revistos” (Veja. 28/4/1971. P.32). (Silva; Rautenberg, 2014, 184).

Os poucos momentos de críticas mais incisivas durante a gestão do Consórcio Guanabara foram referentes a aspectos mais relacionados à concepção liberal de imprensa a qual a *Veja* também compartilha, sendo estes “elementos que feririam a liberdade de imprensa (silêncio em torno das obras) ou daqueles elementos que causam “comoção popular” (mortes dos trabalhadores)” (Silva; Rautenberg, 2014, 187).

Após uma análise dos eventos apresentados e as semelhanças de postura da revista em cada episódio, é possível concluir que a *Veja* fez valer do seu alcance para defender os seus interesses e de suas empresas parceiras, assim como performou seu papel de “quarto poder” para cobrar o governo apenas quando este não agia de acordo com os objetivos da empresa de comunicação, mas também buscou legitimar as ações deste quando iam de encontro aos seus interesses. Essa alternância entre apoio e crítica à ditadura também seguiu o padrão da burguesia na época: foi vantajoso no início até o momento em que “as amplas possibilidades de ganho do “milagre” também haviam desaparecido” (Silva; Rautenberg, 2014, p. 187) e após isso, a ruptura entre os setores empresariais e o governo se mostrava cada vez mais evidente principalmente nos anos mais próximos ao fim do regime em 1985, pois a partir daí, a ditadura já passava a ser tratada como empecilho para a prosperidade da elite burguesa e então se fazia mais valioso passar a apoiar os “valores democráticos”.

### 3 – Perspectiva da *Veja* a respeito do conflito e suas problemáticas

Serão analisadas aqui duas reportagens da revista em sua versão digital, de autoria de Amanda Péchy e Ernesto Neves<sup>22</sup>, sendo a primeira de 13 de outubro de 2023, 6 dias após o início dos ataques do Hamas que novamente causaram comoção mundial, com o título *Ataque do Hamas a Israel convulsiona o Oriente Médio e põe mundo em alerta*. A segunda publicação é do dia 20 de outubro de 2023, chamada *Em meio às novas tensões entre Israel e palestinos, há chance para a paz?* A primeira publicação inicia com a informação de que um feriado sagrado do judaísmo fora perturbado pelos ataques que começaram no dia 7 de outubro de 2023 e atribui a invasão do país “mais informado e o mais preparado para conter o terrorismo, até por ser alvo dele diariamente” à “nova configuração do poder mundial, que deixa brechas para ações impensáveis” (Péchy; Neves, 2023). Nas palavras da publicação, essa nova configuração de poder seria resultado de:

uma era multipolar, fragmentada pelo jogo de interesses alimentado, de um lado, pela ascensão meteórica de uma China faminta de influência e, de outro, pela semiaposentadoria dos Estados Unidos do papel de polícia do mundo. Hoje em dia, os americanos não têm nem disposição nem interesse em ditar ordens e, principalmente, arcar com as consequências, o que não impediu que o presidente Joe Biden condenasse em termos emocionados “o mal em estado puro” que se abateu sobre Israel e enviasse armas para o aliado. É nesse cenário difuso, em que proliferam guerras civis (55), movimentos separatistas (cerca de sessenta) e muros nas fronteiras (setenta em 2019), que países e grupos terroristas se animam a atropelar a civilização para atingir seus objetivos (Péchy; Neves, 2023).

Além da descrição acerca dessa era multipolar e a suposta relação desta com outros conflitos mencionados no texto – Guerra Rússia-Ucrânia, expulsão de armênios do Azerbaijão e nacionalismo na Índia – a publicação segue descrevendo como houve uma preparação do Hamas que ocorreu sem ser detectada por meses e a subsequente invasão do território israelense por terra, após os ataques com mísseis, assim como a movimentação política que se sucedeu, seja no lado de Israel com seu primeiro-ministro Benjamin Netanyahu declarando um cerco total – que já vimos ser uma prática militar histórica por parte do exército israelense – ou do lado palestino, onde a *Veja* busca associar a imagem destes à outros atores sempre mostrados para a visão

---

<sup>22</sup> Amanda Péchy é repórter de assuntos internacionais Ernesto Neves é editor de notícias.

popular como no mínimo antagônicos ao ocidente neste cenário regional, quando afirmam que é “indiscutível o papel do Irã, maior apoiador e fornecedor militar tanto do Hamas quanto da outra facção atuante em Gaza, a Jihad Islâmica Palestina” (Péchy; Neves, 2023), sendo que na mesma notícia após uma aparente certeza desse vínculo, relata que “mas até agora não foi encontrado nenhum elo direto entre o ataque e o regime dos aiatolás” (Péchy; Neves, 2023). A respeito da ONU, cujo Conselho de Segurança é presidido pelo Brasil neste período, relatam sobre as conversas pedindo um cessar-fogo imediato e criação de um corredor humanitário. Essa publicação da *Veja* em específico não faz tantas menções a eventos históricos, a não ser rapidamente em relação a Guerra do Yom Kippur de 1973 “quando tropas árabes atacaram de surpresa no dia mais sagrado do judaísmo” (Péchy; Neves, 2023), tentando possivelmente traçar um padrão de comportamento das forças árabes ao também mencionar aqui que Israel foi surpreendida com ataques em períodos sagrados, e do Acordo de Oslo entre o primeiro-ministro de Israel Yitzak Rabin e o líder palestino Yasser Arafat, acordo que acabou também não gerando resultados duradouros.

A segunda reportagem da *Veja*, de 20 de outubro de 2023, possui uma perspectiva um pouco diferente já que se propõe a trazer um contexto histórico do conflito, conforme escrito em seu subtítulo: “árabes e judeus já viveram em harmonia no território que hoje corresponde a Israel. Quase um século atrás, porém, a paz deu lugar a uma onda de violência sem fim” (Péchy; Neves, 2023). Antes de buscar esse contexto, a reportagem inicia informando novos números nas baixas de ambos os lados: enquanto o ataque do Hamas vitimou 1400 pessoas do lado de Israel – a postagem da semana anterior mencionava números em torno de 1300 – do lado da Faixa de Gaza os bombardeios diários já mataram 3000 moradores e deslocaram outros 600000, quase o número de palestinos removidos após a Guerra de 1948. Dentre os mortos, se somam 500 por conta de uma explosão em um hospital de Gaza. Após discorrer um pouco sobre a complexidade do resgate aos reféns sob custódia do Hamas e como o centro de poder no Oriente Médio migrou do Levante para as monarquias do Golfo Pérsico – contexto este em que “a erupção do terrorismo vindo de Gaza se insere” – o texto inicia sua tentativa de resumir as causas do conflito:

A disputa entre judeus e árabes remonta ao século XIX, quando teve início o movimento sionista pela criação de um estado judaico

moderno. Colonos da Europa Central e Oriental, onde a perseguição era mais intensa, começaram a migrar para a Palestina, a terra prometida das Escrituras, então controlada pelo Império Otomano. As levas se intensificaram com a ascensão do nazismo e a II Guerra, culminando com a criação de Israel, em 1948. A divisão de terras inicial nunca foi cumprida, Exércitos árabes atacaram imediatamente e os moradores originais acabaram formando uma legião de refugiados que só faz crescer. “O conflito israelo-palestino não é sobre recursos ou questões econômicas”, diz o escritor e diplomata egípcio Ezzedine Fishere. “É uma briga por território.” (Péchy; Neves, 2023).<sup>23</sup>

A reportagem não se aprofunda muito além disso. Novamente menciona os Acordos de Oslo de 1993, e os Acordos de Camp David que aconteceram em 1978, em que, assim como em Oslo, houve uma tentativa de aproximação dos dois líderes, desta vez liderada pelo então Presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter. Aqui já podemos perceber alguns pontos em que, deliberadamente ou não, não se mencionam eventos chave do conflito histórico, assim como outros em que se reproduz a versão “oficial” criada por Israel após o fim da Guerra de 1948, como a afirmação de que “os moradores originais acabaram formando uma legião de refugiados” como se tivessem decidido sair do país, sem que tivesse sofrido alguma pressão externa ou ataque.

Existem alguns pontos a serem observados aqui. A respeito dos eventos que não são mencionados, se calcularmos a data de início do Sionismo em 1882, apenas brevemente mencionada no recorte da reportagem acima, porém aprofundada neste artigo, com a data de criação do Estado de Israel em 1948, são pelo menos 60 anos de acontecimentos que essa matéria sequer menciona em uma frase. A perspectiva parece estar sempre do lado da defesa da soberania de Israel e da reprodução de sua perspectiva (ou da perspectiva do Ocidente, que por vezes é até a mesma coisa), o que também pode ser percebido na passagem após a menção dos Acordos de Oslo: “Apesar das boas intenções, a questão palestina seguiu explosiva e a solução de dois países convivendo em harmonia foi ficando cada vez mais longe.”

Enquanto a primeira matéria em uma aparente tentativa de causar comoção converte os números de mortes à realidade brasileira, em torno de 25000, na segunda reportagem não leva mais de três linhas para informar que o exército israelense já havia

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/em-meio-a-escalada-da-guerra-ha-chance-para-paz-entre-israel-e-palestina>

chegado na mesma quantidade de mortos e um número exponencialmente maior de moradores deslocados, sem falar da prática que viria a ser recorrente, de explodir locais com civis, nesse caso um hospital, com a alegação de estar abrigando terroristas, ou ocasionalmente até mesmo admitindo que foi um acidente, o que na prática não faz diferença pois a impunidade é a mesma. As “ações impensáveis” mencionadas no início da primeira matéria também não parecem justificar como uma série de mísseis conseguir furar um bloqueio tido como um dos mais avançados.

Existe também uma imagem de um mapa da região em que as cores que representam os “territórios ocupados por palestinos”:



<sup>24</sup> Péchy, Amanda; Neves, Ernesto. Ataque do Hamas a Israel convulsiona o Oriente Médio e põe mundo

Contudo, estão preenchidas não somente a faixa de Gaza e Cisjordânia, mas também as colinas de Golã e a região do Sinai. Não há uma definição ou legenda explicando que na Cisjordânia existe uma colonização israelense há décadas, nem que em Sinai e em Golã os palestinos são estrangeiros na terra (de certa forma, o são em toda a região). Qualquer leitor que busque se informar através da matéria pode olhar a imagem e julgar que os territórios possuem áreas de tamanhos praticamente iguais.

Talvez o trecho mais crítico seja o que justamente faz alusão ao sionismo: menciona sua criação no século XIX e apenas que seu objetivo buscava “a criação de um estado judaico moderno” e que a colonização se deu devido às perseguições ocorrida na Europa que “se intensificaram com a ascensão do nazismo e a II Guerra, culminando com a criação de Israel, em 1948” (Péchy; Neves, 2023). Não seria exagero inferir que um leitor sem muito conhecimento do assunto poderia assumir que a criação de Israel se deu exclusivamente pela perseguição sofrida pelo antissemitismo multiplicado após as nefastas ideologias fascistas de quase 100 anos atrás. O jogo político em volta da criação deste estado, entretanto, se dá décadas antes dessa data, como bem vimos aqui. Mas seria realmente mais fácil ou vantajoso explicar que conversas de sionistas com órgãos administrativos da região já planejavam remover os palestinos da forma que fosse necessário, ou que os grupos terroristas gerados ali são frutos justamente dessa sequência de infortúnios? Não parece lucrativo para uma empresa de comunicação, que precisa criar relações com outras empresas ou governos que geralmente são ideologicamente alinhados, defender um lado cujas repercussões podem levar a interpretações de que se endossa o antissemitismo sofrido pelo povo judeu ou os ataques de terror que levaram a morte de seus civis.

### **Considerações parciais**

Nos dias de hoje, a luta que foi imposta entre judeus e palestinos como reforçada nos livros e revistas dissecados aqui, seguem sem um fim aparente. Seja qual for o lado que se defenda, é quase unânime dizer que atualmente ambas as populações possuem de fato um vínculo histórico com a terra, seja com seu histórico familiar campesino que ali viveu por gerações ou de colonizador que buscou viver em um país livre da perseguição sofrida também por gerações. A parte mais difícil e que diverge opiniões é compreender que embora se faça (ou pelo menos se tente) respeitar o âmbito civil, existe ali um lado que foi sim historicamente invisibilizado e prejudicado enquanto o outro teve uma elite intelectual e econômica que buscou legitimação ostensivamente diante dos grandes poderes que hoje lideram o jogo geopolítico global e não possuem um histórico de reconhecer seus erros sem ao menos antes tentar minimizá-los ou fazê-los cair no esquecimento.

No que foi visto aqui a respeito da manipulação de reportagens acerca da informação que é ocultada, é possível afirmar que as movimentações políticas anteriores a criação do Estado de Israel não são noticiadas, e 1947 frequentemente vira um marco histórico e a partir dele são colocados em foco os ataques dos grupos insurgentes árabes de modo a entender que estes são os primeiros agressores. Até quando a reportagem se dispõe a contextualizar a luta histórica citando eventos como os Acordos de Oslo de 1993, o faz sem explicar com detalhes que tais acordos aconteceram depois de episódios de resposta a repressão como a Primeira Intifada, talvez até pelo fato de que detalhar tal evento significa expor a recolonização israelense que desrespeitou as fronteiras palestinas e invadiu o que a própria revista já havia marcado de forma simplista como “territórios ocupados por palestinos”.

Ao publicar suas próprias linhas do tempo selecionando eventos arbitrariamente e relatando o presente com enfoque nos grupos terroristas de um lado, e minimizando as mortes de civis e a invasão de áreas palestinas de outro, a grande imprensa reforça no imaginário da população a versão que os sionistas queriam disseminar após a criação de seu país, e o governo israelense por sua vez se aproveita do fato de que os palestinos ali oprimidos recorrem a medidas desesperadas para resistir, e usa tais reações como justificativa para aumentar ainda mais o cerco.

Como foi visto ao final do primeiro item desse trabalho, para analisarmos as origens dos grupos terroristas se faz necessário ver além da questão moral – sem nunca a ignorar, é claro – para se questionar o que fez com que tais grupos existissem. No caso do *Hamas*, vimos que surgiu como força aliada ao combate da OLP, o que também nunca é descrito nas breves contextualizações das reportagens, afinal qual poderia ser a repercussão para a população se soubessem que *Hamas* e Israel trabalharam em conjunto no passado? Nessa altura já parece evidente que não é coincidência que muito do que foi resgatado aqui é deliberadamente ocultado dos noticiários pois a menor menção do que realmente nos trouxe ao estado de coisas atual teria um impacto significativo não somente no âmbito civil, mas também nas relações entre nações, principalmente as mais envolvidas na gestação de Israel.

Este trabalho finaliza compreendendo que a solução do conflito não será buscando reverter tudo que aconteceu a partir de 1882, mas talvez jogando luz no que houve de lá até aqui para assim disseminar o apagamento e opressão sofridos pelo povo palestino. Assim como aconteceu e ainda acontecem com diversos povos que não cabem no escopo desse texto, há de se buscar formas de reparar historicamente uma população marginalizada e oprimida pelos setores mais influentes do mundo: as nações que hoje têm as rédeas da geopolítica global – ainda que não tão firmes como já foram décadas atrás – e as instituições que legitimam seus comportamentos e ocultam o que precisa ser ocultado. O ponto principal que permanece em aberto é descobrir como tal reparação poderá ser feita se toda tentativa parece sempre ir contra a vontade desse conjunto de nações poderosas amparadas por o que são os atuais criadores da memória coletiva que se intitulam “fiscalizadores do poder”, mas na verdade o legitimam.

## Fontes

Péchy, Amanda; Neves, Ernesto. **Ataque do Hamas a Israel convulsiona o Oriente Médio e põe mundo em alerta.** VEJA, 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/ataque-do-hamas-a-israel-convulsiona-o-oriente-medio-e-poe-mundo-em-alerta>

Péchy, Amanda; Neves, Ernesto. **Em meio às novas tensões entre Israel e palestinos, há chance para a paz?.** VEJA, 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/em-meio-a-escalada-da-guerra-ha-chance-para-paz-entre-israel-e-palestina>

## **Bibliografia**

ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

CHAUVEAU, A; TÉTARD, P (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GRESH, A. **Israel, Palestina: Verdades sobre um conflito**. Tradução de Lígia Calapez Gomes. Porto: Campo das Letras, 2002.

HOBSBAWM, E. **A Era dos Impérios 1875-1914**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MASALHA, N. **Expulsion of the Palestinians: The Concept of "Transfer" in Zionist Political Thought 1882-1948.**, Washington D.C.: Institute for Palestine Studies, 1992.

PADRÓS, E; RIBEIRO, L. D. T (Org.). **Contrapontos: Ensaio de História Imediata**. Porto Alegre: Folha da História, 1999.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Tradução de Monique Augras. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 5, n. 10, 1992.

SILVA, C. L.; RAUTENBERG, E (Org.). **História e imprensa: estudos de hegemonia**. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.